

LUZES E CONSTRUÇÃO DO SABER: CABRAL, Maria Luísa - *A Real Biblioteca e os seus criadores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, 534 p.

LIGHTS AND KNOWLEDGE CONSTRUCTION: CABRAL, Maria Luísa - *A Real Biblioteca e os seus criadores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2014, 534 p.

Zulmira C. Santos

Centrada no estudo da fundação e organização da Real Biblioteca Pública de Corte – hoje a Biblioteca Nacional de Portugal – esta obra de Maria Luísa Cabral, intitulada «A Real Biblioteca e os seus criadores», revela-se um inestimável contributo para o conhecimento do nascimento da instituição em si, na segunda metade do século XVIII, num momento em que, de muitos modos, o programa das «Luzes» continuava a ser posto em prática, mas também para o conhecimento de um conjunto de bibliotecas sobretudo conventuais e monásticas que incorporavam a «rede nacional» e que a A. examina através de testemunhos oriundos de fontes de natureza diversa. De acordo com a apresentação de Ana Isabel Buescu e a introdução de Francisco António Lourenço Vaz, o texto publicado corresponde «praticamente na íntegra» (p. 19) à tese de doutoramento da A. e é fruto da feliz harmonização entre uma experiência profissional na área da biblioteconomia e anos de investigação neste campo do saber, que escoram com segurança o percurso feito, ao longo de Setecentos, em busca de uma moldura de textos e autores que problematizem o discurso das Luzes em Portugal e enquadrem as orientações de sistematização e divulgação do saber tão caras ao século, na herança renovada de Mabillon [1632-1707] ou do erudito bibliotecário de Modena, Ludovico Muratori [1672-1750]. A obra de Maria Luísa Cabral organiza-se de maneira muito clara: a primeira parte do texto, denominada «Um olhar sobre as bibliotecas e academias» (p. 33-78), apresenta o panorama das principais bibliotecas portuguesas coevas, recorrendo a testemunhos de viajantes europeus – aliás muitos destes relatos estão justamente publicados pela colecção da Biblioteca Nacional «Portugal e os estrangeiros», não ignorando a forma como portugueses do tempo, Joaquim José da Costa e Sá [1740-1803] ou António Ribeiro dos Santos [1745-1818], por exemplo, «pensavam» as bibliotecas e apreciavam as existentes em Portugal ou comentavam instituições estrangeiras. Esta dimensão «utilitária» da viagem, tão típica das Luzes ou Iluminismos vários no sentido da divulgação do saber ou da formação das elites em prol do «Progresso dos povos», ajuda a contextualizar e a integrar no discurso das Luzes a importância das bibliotecas como formas de organização e difusão do conhecimento. A atenção que a A. presta à passagem de Frei Manuel do Cenáculo por Roma, em 1750, prova simultaneamente o peso concedido às viagens como forma de conhecimento ativo e a atenção às bibliotecas como elementos da construção de um saber que não se fazia apenas de livros impressos e manuscritos, mas também de moedas e medalhas numa República das Letras de intensa troca epistolar. Na segunda parte da obra «Um novo paradigma de biblioteca: a Real Biblioteca Pública da Corte, 1796», a A. estuda - fazendo jus ao título, «A Real Biblioteca e seus criadores» -, as diferentes contribuições, para a respetiva criação e funcionamento, do engenheiro Manuel da Maia (1677-1768), no esforço de imitação das bibliotecas italianas, do erudito Frei Manuel do Cenáculo [1724-1814], de sólida formação literária, hostilidade a novas devoções e conseqüente admiração pela «pureza» da antiguidade cristã, de António Ribeiro dos Santos [1745-1818], jurista de intensa atividade biblioteconómica, e de

D. Rodrigo de Sousa Coutinho [1755-1812], ministro do Reino e inspetor da Real Biblioteca entre 1801-1803. Cada uma destas figuras merece da parte da A. um estudo detalhado na relação com a instituição examinada. Para além de uma breve biografia, focando os aspectos essenciais de um percurso intelectual, a A. aduz novas informações que «iluminam» o papel de cada um, no estabelecimento desta instituição, em diferentes cronologias ou em ações conjuntas, de muitos modos também «integrada» no plano da recuperação de Lisboa depois do terramoto, que destruiu um conjunto de acervos importantes de bibliotecas aristocráticas, monásticas e conventuais. Ao olhar de forma integrada a ação das quatro figuras em causa, cujo envolvimento na criação da instituição se conhecia de forma parcelar, a A. não só apresenta novos elementos, como revela as diferentes «teias» que acabam por dar origem à instituição estudada. De Manuel da Maia, figura essencial da reconstrução de Lisboa, depois do terramoto de 1 de Novembro de 1755, a A. revela, no capítulo - «No rescaldo do Terramoto, uma biblioteca pública» (p. 96), a intenção manifestada pelo engenheiro-mor do reino de construção de uma «biblioteca pública para a cidade» (p. 337). Vale a pena, neste contexto, e entre muitos outros aspetos, prestar atenção à forma como o exame particular do contributo de Cenáculo, já estudado em bibliografia citada pela A., revela e torna bem mais claras as ligações entre o projecto de Manuel da Maia, a biblioteca da Real Mesa Censória e a Real Biblioteca Pública, como aliás sublinha Francisco António Lourenço Vaz na introdução (p. 22). No itinerário seguido pela A. – que acentua que «a organização, estrutura e missão da Real biblioteca fazem dela uma instituição idêntica a outras instituições setecentistas, e como tal, também com responsabilidade de participar na criação do Estado moderno.» (p. 338), não é esquecido o alvará de D. Maria I, datado de 29 de Fevereiro de 1796, que acentua a ligação, tão típica do discurso otimista das Luzes várias, entre sabedoria e felicidade, essa felicidade que dependeria da formação das elites, do progresso dos povos e, em grande medida, da dimensão esclarecida de um poder político que enquadrasse harmonicamente economia, cultura e religião. Um dos muitos contributos importantes da obra de Maria Luísa Cabral reside no facto de ter atentado não apenas na Real Biblioteca, mas num conjunto de bibliotecas portuguesas, na segunda metade de Setecentos, procurando a especificidade de interesse «público» da Real Biblioteca de Corte, identificando as diferentes doações monetárias e de livros, sobretudo as de Frei Manuel do Cenáculo, clarificando a «gestão» de António Ribeiro dos Santos, para concluir, baseada na documentação estudada, «esta transformação qualitativa [...] é sobretudo obra do esforço comum de três personalidades as quais, cada uma à sua maneira, representam tempos e modos de pensar distintos: frei Manuel do Cenáculo, erudito, que idealizou uma grande biblioteca pública onde não poderiam faltar as preciosidades bibliográficas; doutor António Ribeiro dos Santos, organizador, profundo conhecedor de livros e bibliotecas, com grande sentido pragmático e larga experiência adquirida na Biblioteca da Universidade de Coimbra, experiência enriquecida no contacto com as exigências do ensino, atento à bibliografia de carácter científico publicada na Europa; D. Rodrigo de Sousa Coutinho, diplomata e político, com grande conhecimento das exigências culturais e científicas nas capitais europeias, sabedor das necessidades em matéria de desenvolvimento económico, convicto das vantagens de uma sólida formação científica» (p. 340). Para além de uma exaustiva lista de fontes manuscritas, iconográficas e impressas, a obra de Maria Luísa Cabral apresenta ainda, em anexo, um conjunto de cartas, entre alguns dos mais diretos intervenientes na criação da Real Biblioteca, que disponibiliza dados até agora pouco conhecidos. Ao estudar a ação das quatro figuras em causa, cujo envolvimento na criação da instituição se conhecia de forma deficiente, acentuamos que a A. não só apresenta novos elementos, como revela as diferentes «teias»

que acabam por dar origem à instituição estudada, enquadrando-a no discurso programático das Luzes – pedagogia, sistematização e divulgação do saber, progresso dos povos, felicidade individual e das nações -, num século que apreciou a «organização» dos diferentes saberes, da Encyclopédie aos catálogos e aos grandes repertórios bibliográficos e biblioteconómicos, em nome de modelos mais pragmáticos e utilitários no sentido da crença iluminista na sistematização do conhecimento literário e científico, numa espécie de ciência crítico-bibliotecária, capaz de compendiar todo o tipo de saberes humanos. A obra de Maria Luísa Cabral ajuda a perceber, nas suas consequências, este espírito simultaneamente compilador e difusor do conhecimento que, ao longo de Setecentos, na herança da segunda metade do século anterior, sobretudo em Itália, França e em alguma Europa do norte, se espelhou por bibliografias, catálogos, dicionários, enciclopédias...

Zulmira C. Santos | zcoelho@letras.up.pt

Universidade do Porto – Faculdade de Letras / CTCEM